

ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURE SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEL EM AÇÕES, EM LOTE ÚNICO E INDIVISÍVEL, DA ESPÉCIE  
QUIROGRAFÁRIA,  
DA ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

A. ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A., companhia com sede na Alameda Maria Tereza, nº 2000, sala 06, bairro Dois Córregos, Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, CEP 13278-181, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.310.392/0001-46, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora" ou "Companhia");

B. ANHANGUERA EDUCACIONAL S.A., companhia com sede na Alameda Maria Tereza, nº 2000, sala 01, bairro Dois Córregos, Cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, CEP 13278-181, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.808.792/0001-49, devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Avalista");

e, de outro lado, como agente fiduciário,

B. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando o debenturista da 1ª emissão pública de Debênture da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 1ª Emissão de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, da Espécie Quirografária, da Anhanguera Educacional Participações S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta" e "Debênture"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 18 de fevereiro de 2009 ("RCA"), conforme retificada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2009 ("RCA de Retificação"), bem como de Reunião do Conselho de Administração da Avalista realizada em 18 de fevereiro de 2009 ("RCA Avalista").

CLÁUSULA II  
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NO SDT, NO SND E NA ANBID

2.1.1 A Debênture será registrada para distribuição no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

2.1.2. A Debênture não será registrada para negociação no mercado secundário, porém, contará com registro para custódia no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP. O posterior registro para negociação da Debênture no mercado de bolsa ou de balcão organizado deverá ser objeto de registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, §2º, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM nº 400”).

2.1.3. A Oferta será registrada na Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID nos termos do “Código de Auto-regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” de 1 de setembro de 2008. Nos termos do artigo 5, inciso II da Instrução CVM nº 400, a Oferta conta com dispensa automática de registro perante a CVM.

## 2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a Emissão, bem como os termos e condições, foi devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sob nº 0.140.933/09-8 em 20 de fevereiro de 2009, ainda em fase de registro, e será publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

2.2.2. A ata da RCA de Retificação que alterou os termos da Emissão para adequá-la ao disposto no art.5º, inciso II, da Instrução CVM 400, foi devidamente protocolada na JUCESP, sob nº 0.149.160/09-4 em 26 de fevereiro de 2009, ainda em fase de registro, e será publicada pela Emissora no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.3. A ata da RCA Avalista que aprovou a assunção de obrigações decorrentes do aval prestado pela Avalista na Emissão foi devidamente protocolada na JUCESP, sob nº 0.140.946/09-3 em 20 de fevereiro de 2009.

## 2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão registradas na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

## 2.4. DOS LIMITES DA EMISSÃO

2.4.1. A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações tendo em vista que o capital social da Emissora na Data de Emissão é de R\$ 992.289.628,93 (novecentos e noventa e dois milhões, duzentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos).

CLÁUSULA III  
CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO

3.1. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

3.1.1. O montante total da Emissão será de R\$40.000.000,00, na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1.1 abaixo.

3.2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURE E SÉRIES

3.2.1. Será emitida 1 (uma) Debênture em série única.

3.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.3.1. Os recursos obtidos por meio da emissão da Debênture serão destinados a expansão das atividades da Companhia.

3.4. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.4.1. A Debênture será objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com a intermediação do Coordenador.

3.4.2. A distribuição pública da Debênture será objeto de dispensa de registro da CVM, conforme disposto no artigo 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400.

3.4.3. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5. BANCO ESCRITURADOR

3.5.1. O Banco Itaú S.A. será o banco escriturador da Emissora e da Debênture ("Banco Escriturador").

CLÁUSULA IV  
CARACTERÍSTICAS DA DEBÊNTURE DA EMISSÃO

4.1. DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão da Debênture será 3 de março de 2009 ("Data de Emissão").

4.2. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1. A Debênture será subscrita pelo seu Valor Nominal Unitário, definido na Cláusula 4.3.1, acrescido da Remuneração, conforme definida na Cláusula 4.9.2. abaixo, sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, exclusive, até a data da efetiva integralização, inclusive.

4.2.2. A Debênture será integralizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

#### 4.3. VALOR NOMINAL DA DEBÊNTURE

4.3.1. O valor nominal unitário da Debênture, na Data de Emissão, será de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. A Debênture não será registrada para negociação no mercado secundário, porém, contará com registro para custódia no SND. O posterior registro para negociação da Debênture no mercado de bolsa ou de balcão organizado deverá ser objeto de registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, §2º, da Instrução CVM nº 400.

#### 4.5. TIPO

4.5.1. A Debênture será simples, não conversível em ações.

#### 4.6. ESPÉCIE E GARANTIA

4.6.1. A Debênture é da espécie quirografária. Adicionalmente, a Debênture contará com aval solidário da subsidiária integral da Emissora, Anhanguera Educacional S.A., que responde em caso de inadimplemento total ou parcial da Emissora, como principal pagadora de toda e qualquer obrigação pecuniária ("Aval"). O Aval é prestado pela Avalista em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até que a Debênture seja integralmente liquidada pela Emissora

4.6.2. Para fins de verificação da capacidade de pagamento pela Avalista dos valores devidos pela Emissora com base na Escritura de Emissão, a Avalista informa que seu patrimônio líquido na data-base de 30 de dezembro de 2008 é de R\$ 390.600.988,74 (trezentos e noventa milhões, seiscentos mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

#### 4.7. FORMA

4.7.1. A Debênture é da forma escritural. Não serão emitidos certificados representativos da Debênture. Para todos os fins e efeitos, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, para a debênture custodiada na CETIP a titularidade será comprovada pelo extrato, expedido por esta Câmara..

#### 4.8. PRAZO E VENCIMENTO

4.8.1. O prazo da Debênture é de 18 (dezoito) meses, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 3 de setembro de 2010 ("Data de Vencimento").

#### 4.9. ATUALIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DA DEBÊNTURE

4.9.1. O Valor Nominal da Debênture não será atualizado.

4.9.2. A partir da Data de Emissão, a Debênture fará jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário e equivalentes a taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescido de uma sobretaxa de 3,50% a.a., base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis corridos, desde a Data de Emissão, até o vencimento das respectiva Debênture, de acordo com a seguinte fórmula (“Remuneração”):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros devidos conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

VNe = Valor nominal de emissão, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros = Fator de Juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Fator DI = produtório das taxas DI Over, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

nDI = Número total de Taxas DI consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro.

TDI<sub>k</sub> = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = *Spread* ou Sobretaxa de juros fixos calculados com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$k = 1, 2, \dots, n$ ;

$$FatorSpread = \left[ \left( \frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread = 3,5000.

$n$  = É o número de Dias Úteis entre a data de pagamento de Remuneração anterior e a data atual, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, assim como seu produtório.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último fator diário considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.9.3. A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, desde a Data da Emissão, ou da data de pagamento de juros imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O Valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal da Debênture para efeito de apuração do saldo devedor da Debênture. O pagamento da Debênture será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

#### 4.10. AMORTIZAÇÃO

4.10.1. A Debênture terá a amortização do principal realizada na sua Data de Vencimento.

#### 4.11. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.11.1. A Remuneração da Debênture será paga trimestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 3 de junho de 2009 e o último na Data de Vencimento. Fará jus à Remuneração o titular da Debênture (i) que assim conste nos controles do Banco Escriturador ou (ii) com custódia na CETIP, em ambos os casos terá direito ao recebimento o debenturista que ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento for titular do ativo.

4.11.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, o valor da última taxa DI divulgada, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte do Debenturista, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.11.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da taxa esperada para a sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturista ("AGD") (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado. A AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.11.4. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e o Debenturista, a Emissora obriga-se a resgatar a Debênture, com o seu consequente cancelamento, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, acrescido da Remuneração da Debênture devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

4.11.7. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP ou por meio do Banco Escriturador para o Debenturista que não esteja com a Debênture depositada em custódia vinculada no SND.

#### 4.12. REPACTUAÇÃO

4.12.1. A Debênture não estará sujeita à repactuação.

#### 4.13. OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO

4.13.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate

antecipado da Debênture, endereçada ao Debenturista ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (a) A Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de solicitação por escrito ao detentor da Debênture, com no mínimo 4 (quatro) dias de antecedência da data definida para a liquidação antecipada ("Data da Liquidação Antecipada");
- (b) Após a comunicação do Resgate Antecipado, o Debenturista caso opte pela adesão ao referido resgate terá que se manifestar no prazo de 10 (dez) dias úteis. Ao final deste prazo, a emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação do Resgate Antecipado;
- (c) O valor a ser pago ao Debenturista no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao valor total do saldo devedor da Emissão, acrescido de juros ("Saldo Devedor"), acrescido de prêmio de liquidação antecipada de 2,2% a.a., base 252 dias úteis, a ser calculado sobre o Saldo Devedor na Data da Liquidação Antecipada pelo prazo remanescente até a data de vencimento final da Emissão; e
- (d) Caso a Debênture esteja custodiada no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

4.13.2. A Debênture resgatada será cancelada pela Emissora.

#### 4.14. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.14.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas à Debênture e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da Debênture, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada pro rata temporis, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Avalista, de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Debênture;
- (b) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Avalista, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente da Debênture, não sanado em 30 (trinta) dias a contar da data do inadimplemento;
- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Companhia e/ou pela Avalista a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Companhia e/ou da Avalista, conforme o caso, nos documentos relativos da Debênture, sem a prévia anuência, por escrito, do Debenturista;
- (d) anulação, nulidade, inexecutibilidade ou questionamento quanto à emissão da Debênture e/ou ao aval prestado pela Avalista;



- (e) (i) decretação de falência da Companhia e/ou da Avalista; (ii) pedido de autofalência pela Companhia e/ou pela Avalista; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou da Avalista formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Avalista, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou da Avalista;
- (f) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) aprovação de qualquer reorganização societária (redução do capital social, recompra de ações (inclusive de ações), associação ou qualquer outra operação com efeito similar) envolvendo a Companhia e/ou a Avalista, sem a anuência do titular da Debênture, exceto se realizada exclusivamente com sociedades dentro do grupo da Companhia e desde que em observância ao item (h) a seguir se for o caso;
- (h) fusão, cisão ou incorporação da Companhia sem a prévia anuência do titular da Debênture, exceto a incorporação de sociedades pela Companhia e/ou pela Avalista, desde que tais sociedades tenham por objeto social atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas pela Companhia;
- (i) mudança do controle acionário da Companhia e/ou da Avalista;
- (j) alteração do objeto social previsto no estatuto social da Companhia e/ou da Avalista que modifique substancialmente as atividades relacionadas à administração de entidades de ensino atualmente praticadas;
- (k) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira da Companhia e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGPM;
- (l) protestos de títulos contra a Companhia e/ou contra a Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas), valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; (b) o protesto foi cancelado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;
- (m) inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Avalista, de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia e/ou contra a Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença;

(n) arresto, sequestro ou penhora de bens da Companhia e/ou da Avalista, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (ou seu equivalente em outras moedas) valor este corrigido pelo IGPM, exceto se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, o sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;

(o) comprovação de que qualquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Avalista em qualquer dos documentos relacionados à Oferta, incluindo o Contrato de Distribuição, são falsas, incorretas ou enganosas em quaisquer aspecto relevante;

(p) não manutenção, pela Companhia e/ou pela Avalista, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, e sujeitos a auditoria por uma empresa de auditoria independente registrada na CVM de renome internacional;

(q) não manutenção, a partir do 1º trimestre de 2009 pela Companhia, do covenant financeiro, apurado trimestralmente com base no balanço da Companhia, em base consolidada, que será o índice obtido da razão entre Dívida Líquida e EBITDA inferior a 3,0 (três inteiros), sendo que:

"Dívida Líquida" significa o saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com instituições financeiras, incluindo operações de mercado de capitais, menos o saldo de caixa e aplicações financeiras, acrescido das dívidas e obrigações referente às aquisições realizadas pela Emissora e/ou suas controladas; e

"EBITDA" significa o resultado operacional antes das despesas financeiras, somado à depreciação e amortização de ágio, líquida de deságio, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

4.14.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (f), (g), (h), (i), (j), (o), (p) e (q) da Cláusula 4.14.1 acima, o Agente Fiduciário deverá notificar o Debênturista, dentro de até 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para que este, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação, possa deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado da Debênture ("Deliberação").

4.14.3. Observada a Cláusula 6.6.1 abaixo, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (a), (b), (c), (d), (e), (k), (l), (m) e (n) da Cláusula 4.14.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático da Debênture, independentemente de qualquer consulta ao Debenturista, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

4.14.4. A Deliberação a que se refere a Cláusula 4.14.2 poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado da Debênture.

4.14.5. Para fins do item (e) da Cláusula 4.14.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou

complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

#### 4.15. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.15.1. Na ocorrência do vencimento antecipado da Debênture, nos termos da Cláusula 4.14 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores da Debênture nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.18.1.

#### 4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizer jus a Debênture serão efetuados no mesmo dia do respectivo vencimento, (i) por meio do Banco Escriurador, para o Debenturista que não esteja vinculado ao Módulo SND da CETIP; ou (ii) por meio do SND.

#### 4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

#### 4.18. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.18.1. Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da Remuneração.

#### 4.19. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.19.1. O não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao

atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.20. PUBLICIDADE

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses do Debenturista serão veiculados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

#### 4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja finalizada por qualquer motivo, os recursos utilizados pelos investidores para a subscrição da Debênture deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio Banco Escriturador, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do encerramento da Emissão, ou de sua revogação pelo investidor, caso aplicável, ficando, porém, desde já estabelecido que esses recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência de juros ou correção monetária.

#### 4.22. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

4.22.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para a Debênture.

#### 4.23. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.23.1. Caso o Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos à Debênture, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data do pagamento, o Debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deve permanecer Debenturista, não podendo negociar sua Debênture até a data posterior ao pagamento.

### CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após do exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, (ii) declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissoras atestando o cumprimento integral das disposições

previstas nesta Escritura de Emissão, bem como (iv) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem “q” da Cláusula 4.14.1 desta Escritura de Emissão;

- (ii) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo a Instrução CVM n.º 247/96 e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, contendo ainda, demonstrativo de cálculo dos limites estabelecidos no subitem “q” da Cláusula 4.14.1 desta Escritura de Emissão;
  - (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.14 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas à Debênture, nos limites desta Escritura de Emissão;
  - (iv) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (“Instrução CVM nº 202/93”) e suas alterações posteriores;
  - (v) avisos ao Debênturista, fatos relevantes, assim como atas de assembléias gerais e reuniões do conselho de administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse do titular da Debênture, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (vi) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, sem prejuízo do disposto na letra “d” abaixo; e
  - (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração).
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- (c) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com a Debênture, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de

atendimento ao Agente Fiduciário e ao Debenturista na forma exigida pela CVM;

- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora aprovada pelo Conselho de Administração, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (e) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura de Emissão, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, Banco Escriturador e Agente Fiduciário;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses do titular de Debênture ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao titular de Debênture nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios prescritos pela CVM ("Práticas Contábeis Adotadas no Brasil");
- (k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (l) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos; e
- (o) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado na Cláusula 3.3. desta Escritura de Emissão, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses do Debenturista ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, alimentação e transporte quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses do Debenturista.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos do Debenturista, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá à Debênture na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos do Debenturista.

5.2.4 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima, solicitar ao debenturista adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses do debenturista, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelo debenturista, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelo debenturista incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante do debenturista; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelo debenturista.

CLÁUSULA VI  
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses do Debenturista.

6.2. O Agente Fiduciário do Debenturista, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) ter verificado, com base nas informações contidas no item 2.4 acima, os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;



- (k) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83;
- (l) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- (m) está ciente da regulamentação aplicável.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento da Debênture ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- (a) parcelas semestrais de R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais), sendo a primeira parcela paga no quinto dia útil após a Data da Emissão, e as demais a cada 6 (seis) meses;
- (b) no caso de inadimplemento no pagamento das debêntures ou de reestruturação prévia, serão devidas a Oliveira Trust, adicionalmente, o valor de R\$ 400,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora.
- (c) as parcelas dispostas nas alíneas acima serão atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (d) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento da Debênture, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes à Debênture não sanada pela Emissora.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses do Debenturista, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) evitar conflito de interesses e, se for o caso, renunciar à função, na hipótese de superveniência, ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, inclusive aqueles previstos na Cláusula V desta Escritura de Emissão, alertando o Debenturista acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da Debênture;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.20.1 desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado ao Debenturista, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;

- (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração da Debênture e outros pagamentos como aquisições e vendas de Debênture realizados no período;
  - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
  - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (m) colocar o relatório de que trata a Cláusula anterior à disposição do Debenturista, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
  - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
  - (iii) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora, conforme o caso;
  - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação da Debênture da Emissão, conforme por esta indicado;
- (n) publicar, a expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.20.1 desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando ao Debenturista que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (o) manter atualizados os dados do Debenturista e seu endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Escriturador;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (q) notificar o Debenturista, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora.

6.6. Observado o disposto na Cláusula 4.14 acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses do Debenturista, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencida a Debênture na forma e nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos do Debenturista; e
- (d) representar o Debenturista em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas na Cláusula 6.6 acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar, ou por Deliberação do Debenturista, conforme Cláusula 4.14.2 acima.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelo Debenturista, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e ao Debenturista e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado ao Debenturista, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da Debênture, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim e mediante o voto afirmativo do detentor da Debênture.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 6.4 desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

## CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DO DEBENTURISTA

### Convocação

7.1. O Debenturista poderá, a qualquer tempo, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre matéria de seu interesse em AGD.

7.2. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pelo Debenturista, ou pela CVM.

7.3. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.4. As deliberações tomadas pelo Debenturista, no âmbito de sua competência legal, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora.

### Mesa Diretora

7.5. A presidência da AGD caberá ao Debenturista.

7.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar ao Debenturista as informações que lhe forem solicitadas.

## CLÁUSULA VIII DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA AVALISTA

8.1. A Emissora declara e garante ao Debenturista e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação da Debênture não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (f) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora; e
- (g) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora.

8.2. A Avalista declara e garante ao Debenturista e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (c) os representantes legais da Avalista que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Avalista, as obrigações de aval ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, a realização da Emissão e a colocação da Debênture não infringem de nenhuma disposição legal, contrato ou

instrumento relevante para os negócios da Avalista dos quais a Avalista seja parte nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;

- (f) a Avalista, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Avalista; e
- (g) a Avalista cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Avalista.

CLÁUSULA IX  
NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Anhanguera Educacional Participações S.A.  
Al. Maria Tereza, nº 2000, sala 06  
CEP 13278-181, Bairro Dois Córregos  
Valinhos – SP  
Tel.: (19) 3512-1770  
Fax: (19) 3512-1770  
At.: Marcos Guimarães  
Email: [marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br](mailto:marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br)

Para a Avalista:

Anhanguera Educacional S.A.  
Al. Maria Tereza, nº 2000, sala 01  
CEP 13278-181, Bairro Dois Córregos  
Valinhos – SP  
Tel.: (19) 3512-1770  
Fax: (19) 3512-1770  
At.: Marcos Guimarães  
Email: [marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br](mailto:marcos.guimaraes@unianhanguera.edu.br)

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  
Av. das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205 – Condomínio Downtown  
CEP 22640-100, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (21) 3514-0000  
Fax: (21) 3514-0099  
At: Gustavo Dezouart  
Email: [gustavo@oliveiratrust.com.br](mailto:gustavo@oliveiratrust.com.br) e [agente@oliveiratrust.com.br](mailto:agente@oliveiratrust.com.br)

Para o Banco Escriturador:

Banco Itaú S.A.  
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar – Torre Eudoro Villela  
CEP 04309-010, Jabaquara  
São Paulo – SP  
Tel. (11) 5029-1809  
Fax: (11) 5029-1920  
At.: José Nilson Cordeiro  
Email: [jose-nilson.cordeiro@itau.com.br](mailto:jose-nilson.cordeiro@itau.com.br)

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos  
Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar  
São Paulo –SP, CEP 01009-000

Av. República do Chile, 230, 11º andar,  
Rio de Janeiro –RJ, CEP 20031-170  
[www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br)

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X  
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou ao Debenturista em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de



quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente proposta, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.


10.7. Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2009

Página de Assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debênture Simples, Não Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, da Espécie Quirografária, da Anhanguera Educacional Participações S.A.

ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPAÇÕES S.A.

  
Nome: RICARDO LEONEL SCAVAZZA  
Cargo: DIRETOR DE RI

  
Nome: MARCO L.V. GUIMARÃES  
Cargo: PROFESSOR



Página de Assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debênture Simples, Não  
Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, da Espécie Quirografária,  
da Anhanguera Educacional Participações S.A.

ANHANGUERA EDUCACIONAL S.A.

Nome: *Alba Caribani*  
Cargo: *Diretor de Desenvolvimento*

Nome: *Marco A. Simões*  
Cargo: *Dir. Gen. Financeiro*

Página de Assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debênture Simples, Não  
Conversível em Ações, em Lote Único e Indivisível, da Espécie Quirografária,  
da Anhanguera Educacional Participações S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.




Nome:

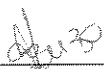
Cargo: *Gustavo Dezouzar T. Pinto*

Procurador

Página de Assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debênture Simples, Não  
Convertível em Ações, em Lote Único e Indivisível, da Espécie Quirografária,  
da Anhanguera Educacional Participações S.A.

TESTEMUNHAS:

  
Nome: Sammy S. Freitas  
RG: 30 919 826 4

  
Nome: Margarita Buzo  
RG: 12 267 349.6